

## SINASEMPU protesta contra sucateamento do MPT e exige mais servidores para o órgão

*Em Carta Aberta aos membros do MPU, o Sindicato busca sensibilizar os procuradores a aderir à luta em defesa do órgão*

O SINASEMPU promoveu, na quarta-feira (4/6), uma mobilização nacional contra o sucateamento do Ministério Público do Trabalho (MPT), pelo encaminhamento imediato ao Congresso do anteprojeto de lei que prevê a criação de novos cargos para o órgão e pela reabertura de concurso público.

A mobilização nacional ocorreu, simultaneamente, em todas as regiões do país. Na capital federal e nos Estados, os servidores do MPU encaminharam uma Carta Aberta aos membros do MPU, que resume os motivos da paralisação.

### Escravidão X flexibilização

No documento, o SINASEMPU tentou sensibilizar os procuradores para o fato de que o Brasil, além de campeão mundial em desigualdades sociais, é também um país instável no que tange às relações de trabalho. Isso porque, no campo e na cidade, trabalhadores convivem com a dura contradição de, mesmo à luz do século 21, encontrar condições de emprego similares as do período da escravidão, ao mesmo tempo em que sofrem as atrocidades próprias do avanço neoliberal.

Jornadas excessivas, exploração da mão-de-obra infantil e trabalho escravo resistem ao rigor da lei e ao avanço dos séculos. E o pior: são agravados pelas ameaças próprias do capitalismo tardio, como a flexibilização das leis trabalhistas, a redução de direitos, os cortes na aposentadoria, as práticas anti-sindicais e o assédio moral.

De acordo com a Carta, "(...) É neste contexto histórico e conjuntural que o SINASEMPU levanta a bandeira da defesa do Ministério Público do Trabalho, Órgão essencial na

defesa da ordem jurídica trabalhista e na proteção dos direitos sociais no Brasil. Está nas "mãos" de instituições como o MPT parte significativa das forças capazes de resistir à degradação do patrimônio jurídico nas relações trabalhistas alcançado a duras penas, em séculos de peleja, pelo povo brasileiro".

### Em casa de ferreiro...

O documento demonstra também que a falta de servidores faz com que o próprio MPT não respeite a legislação que ajuda a defender: "(...) Esta situação insustentável das condições de trabalho do MPT revela ainda outra natureza de problema, que é a contradição entre a essência da função jurídica do MPT e a forma como este vem tratando seus próprios trabalhadores. Devido à grave falta de pessoal no MPT, seus servidores são obrigados a cumprir funções múltiplas, exercendo tarefas que vão muito além de suas atribuições. O mesmo ocorre em relação aos Procuradores que, para honrar a missão institucional do MPT, desdobram-se, e, muitas vezes, também são obrigados a desempenhar funções diversas", revela.

Para concluir, a Carta lembra que, desde o ano de 2004 encontra-se na PGR uma minuta de anteprojeto de Lei, elaborada pela Administração do Ministério Público do Trabalho, onde justificadamente está exposta a necessidade da criação de cargos efetivos de servidores e de procuradores. E denuncia: "até a presente data, o procurador-geral da República não tem dado a devida importância ao anteprojeto, sequer acenado com a possibilidade de encaminhá-lo ao Congresso Nacional".

### EXPEDIENTE

#### Diretoria

Presidente: Luiz Ivan Cunha Oliveira  
Vice-Presidente: Márcia Broxado dos Santos  
Secretária-Geral: Cláudia Nassif Jaber  
1º Secretária: Albanise Pires Ferreira Azevedo  
Financeiro: Meiry Apolinário de Alencar e Raimundo R. Leite  
Jurídico: Paulo Cesar Rabelo e Maria Angélica T. de Souza  
Políticas Sociais e Cidadania: Nilo Maurício Schmaedeck  
Mobilização e Formação Sindical: Anderson Cláudio de Melo Machado (afastado - Legislação eleitoral). Comunicação e Imprensa: Júlio Édison Rico Torres. Suplentes: Flávio Ladário Pereira Barros, Alceanira Batista de Souza e Maria Aparecida Magalhães, Jorge Fernandes Q. Melo.

#### Comunicação

Diretor: Júlio Édison Rico Torres  
Conselho Editorial: Márcia Broxado dos Santos, Júlio Édison Rico Torres, Anderson Cláudio de Melo Machado, Albanise Pires Ferreira Azevedo, Maria Angélica Travnisk de Souza, Nilo Maurício Schmaedeck, Edilson Silva (assessor político) e Edson Airlton Oliveira.

#### Equipe

Edição e redação: Najla Passos (646/50/03-MT)  
Projeto Visual e Diagramação: Luanna Ramos  
Tiragem: 5.000 exemplares / Impressão: Gráfica Brisa  
Junho de 2008 - Edição especial

## ATO NA PGR

# SINASEMPU conclamará Conselho Nacional do Ministério Público a defender MPT

O presidente do SINASEMPU, Luiz Ivan Cunha Oliveira, em discurso proferido na quarta-feira (4/6), disse que conclamará o Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP a assumir a responsabilidade de defender o MPT do processo de atrofia a que o órgão vem sendo submetido.

Para o presidente, é inadmissível que o MPT continue sem condições mínimas de funcionar, principalmente considerando sua importância para a defesa do patrimônio jurídico da população brasileira. “O MPT passa por uma grave carência de pessoal, e isso não pode ocorrer porque a instituição é essencial à defesa da ordem jurídica trabalhista e dos direitos sociais no Brasil”, afirmou.

Conforme Luiz Ivan, a falta de servidores no MPT se tornou um problema crônico, principalmente após a vigência da Emenda Constitucional nº 45, que ampliou a atuação do órgão, e da Lei nº 10.771/03, que previu sua interiorização.

“Essa carência de servidores e procuradores já vem causando ao MPT uma enorme dificuldade para cumprir sua função, o que se revela na demora para marcação de audiências, no atraso no cumprimento de despachos, realização de inspeções e conclusão de investigações, e também no alto índice de adoecimento de servidores vitimados pela sobrecarga de trabalho”, disse o presidente.

### Presidente tece críticas à atuação da PGR

Luiz Ivan Cunha Oliveira, presidente do SINASEMPU, aproveitou seu discurso, proferido na presença de parlamentares, entidades sindicais e representantes das Se-



Foto: Najla Passos

### Presidente do SINASEMPU, em discurso durante o ato

ções Sindicais do SINASEMPU de todo o país para tecer duras críticas à Procuradoria Geral da República – PGR.

Para ele, o órgão máximo do MPU tem se furtado da missão de defender o MPT do sucateamento, visto que não encaminhou ao Congresso Nacional o anteprojeto de lei que cria vagas para a instituição, em mãos do procurador-geral da República desde 2004.

Além disso, segundo ele, a PGR não tem respeitado o princípio do equilíbrio e da equidade que deve reger a administração pública, ao privilegiar um ramo em detrimento do outro.

Luiz Ivan destacou que, até 2002, o MPT contava com 1.261 servidores e 470 procuradores, o que significava uma relação de 2,7 servidores por procurador. No mesmo período, o Ministério Público Fe-

deral possuía 3.395 servidores e 566 procuradores, numa relação de seis servidores por procurador.

Após a vigência da Lei 10.771/03, a discrepância entre os ramos se aprofundou. O número de servidores do MPF mais que dobrou, registrando um aumento de 113%, enquanto o de servidores do MPT subiu apenas 39%. Dessa forma, hoje o MPT possui 2,67 servidores por procurador, enquanto o MPF possui 9,77 servidores por procurador.

“Resta ao CNMP primar pela adequada equalização na distribuição dos cargos no âmbito do Ministério Público da União – MPU, não privilegiando um ramo em detrimento do outro, uma vez que a Procuradoria Geral da República não tem feito isso com a maestria que se esperava”.

## Mudanças na legislação ampliam funções do MPT

Pela EC-45/04, o MPT passou a ser responsável pela promoção dos direitos fundamentais básicos, como a luta pela erradicação do trabalho escravo, o combate à exploração da mão-de-obra infantil, a repressão a todas as formas de discriminação ilícita, à exigência do ambiente de trabalho seguro e saudável, dentre outras.

Já a Lei nº 10.771/03, estabeleceu o processo de interiorização do órgão, a partir da criação de cem unidades municipais, os escritórios, com o propósito de aproximar o MPT da população que de fato sofre as mazelas da insegurança no trabalho. Entretanto, não previu o contingente de servidores necessários para operacionalizar a expansão do órgão.



Foto: ASCOM/PRT 24ª

Procuradoria Regional do Trabalho da 24ª Região/MS



Foto: seccional/ES

Procuradoria Regional do Trabalho da 17ª Região/ES

No último dia 4, servidores do Ministério Público do Trabalho de diversos estados do País uniram-se em uma grande mobilização em favor da Instituição.

A manifestação promovida pelo SINASEMPU contou também com a participação de parlamentares e representantes de entidades sindicais que, assim como o SINASEMPU, acreditam na importância do MPT para a sociedade brasileira.

### Mato Grosso

Em Mato Grosso, estado em que o MPT conta com cerca de 35 servidores de carreira divididos em cinco unidades, os servidores paralisaram as atividades às 14h.



Foto: ASCOM/PRT 4ª

Procuradoria Regional do Trabalho da 4ª Região/RS



## É preciso ser mover a em

*Servidores do MPT paralisam atividades em pro*

Segundo o diretor da seção regional do SINASEMPU, Luis Boura, a carência de servidores é maior nos escritórios do interior, onde o funcionamento do órgão depende de funcionários cedidos pelo Executivo.

### Pernambuco

Em Recife, a categoria se reuniu na sede da Procuradoria Regional do Trabalho da 6ª Região, na manhã da quarta-feira, para tomar café da manhã e protestar contra a falta de servidores no órgão.

O diretor da Seccional do SINASEMPU em Pernambuco, Jailton Ramos de Santana, leu a "Carta Aberta aos Procuradores", que posteriormente foi distribuída nos gabinetes dos membros do MPT. Cerca de 30 servidores participaram do ato. "Na PRT de Pernambuco, os servidores trabalham em dois turnos diversos, justamente por causa da falta de estrutura do órgão. Por isso não foi possível reunir todos eles. Mas a mobilização continua", afirmou.

### Rondônia

No estado de Rondônia, o ato mobilizou mais de cem pessoas em frente à Procuradoria Regional do Trabalho da 14ª Região, em Porto Velho.

Marcaram presença servidores do Ministério Público do Trabalho e do Ministério Público Federal, além de dirigentes sindicais das mais diversas categorias.

Um abraço simbólico à sede do MPT e a entoação do Hino Nacional durante a manifestação foram alguns dos destaques da mobilização. O presidente regional da CUT, Itamar Ferreira, e o diretor nacional de Mobilização do SINASEMPU, Anderson Machado, ao final do ato, apresentaram a proposta de continuidade da mobilização unificada de todos os trabalhadores até que o procurador-geral da República atenda às reivindicações. Foi proposto, inclusive, um ato maior a ser realizado na principal avenida da cidade,



Foto: Lima

Procuradoria Regional do Trabalho da 7ª Região/CE

para dar mais visibilidade ao movimento.

### Sergipe

Em Sergipe, os servidores da Procuradoria Regional do Trabalho da 20ª Região também paralisaram as suas atividades por algumas horas.

A mobilização aconteceu no auditório da Unidade, local em que os servidores discutiram a situação crítica que a Instituição atravessa. Ao final do encontro, os participantes (cerca de 70% dos servidores que estavam trabalhando durante o ato) decidiram reunir-se mensalmente para debater esses e outros assuntos relacionados à categoria.



Foto: seccional/MG

Procuradoria Regional do Trabalho da 3ª Região/MG

# servidores para engrenagem



protesto contra a falta de servidores da Instituição



Foto: seccional/RO

Procuradoria Regional do Trabalho da 14ª Região/RO

Para se ter uma idéia da situação do MPT em Sergipe, o membro da Seção Sindical do SINASEMPU no Estado, Ginaldo Lima dos Santos, explicou que o ofício de Itabaiana (SE), instalado recentemente, conta com apenas uma servidora do MPT e outros dois servidores cedidos de outros órgãos do executivo local, sendo que essa servidora da casa, após participar de concurso de remoção, será removida para a capital.

## Rio Grande do Sul

Em Porto Alegre, a mobilização ocorreu em frente à Procuradoria Regional do Trabalho da 4ª Região (PRT/4ª) e envol-



Foto: ASCOM/PRT 12ª

Procuradoria Regional do Trabalho da 12ª Região/SC

veu servidores da instituição, representantes do sindicato e a procuradora-chefe da unidade Silvana Ribeiro Martins. A procuradora não apenas prestigiou a manifestação, como reafirmou o seu apoio às causas de interesse da categoria de servidores do MPU e do MPT, em particular.

## Santa Catarina

Já em Florianópolis, o ato aconteceu na Avenida Rio Branco, local para onde os servidores levaram faixas e expressaram a sua indignação diante da atual situação da Instituição. "Isso dificulta o trabalho dos procuradores. Em Blumenau, há um prédio pronto, fechado, porque não há servidores para trabalhar lá", enfatiza Cristiano Francalacci, representante do SINASEMPU.

## Espírito Santo

Em Vitória (ES) a mobilização dos servidores da Procuradoria Regional do Trabalho da 17ª Região registrou uma adesão total por parte da categoria. Durante a manifestação, os servidores conversaram com o público que se dirigiu à sede da procuradoria, visando esclarecer o objetivo do ato: reivindicar a criação de vagas para o MPT.

## Paraíba

Na Paraíba, a adesão também foi bastante significativa. Os servidores, além de encaminharem a carta aberta a todos os membros do MPT local, afixaram faixas na frente da sede da Procuradoria Regional do Trabalho e paralisaram suas atividades por algumas horas para protestarem contra o déficit de servidores na Instituição.

## Ceará

Os servidores da Procuradoria Regional do Trabalho da 7ª Região (CE) também se engajaram na mobilização em



Foto: Najla Passos

Procuradoria Geral da República/DF



Foto: seccional/MT

Procuradoria Regional do Trabalho da 23ª Região/MT

defesa do MPT: trabalharam vestidos de preto e distribuíram a advogados, sindicalistas e trabalhadores que visitaram a sede, em Fortaleza, panfletos informando sobre a carência de pessoal do Órgão.

## Distrito Federal

Em Brasília, a manifestação concentrou mais de cem servidores em frente à sede da Procuradoria Geral da República (PGR).

Os servidores realizaram uma passeata pela sede da PGR, em seguida, se reuniram em frente à Procuradoria Geral do Trabalho.



Foto: seccional/PB

Procuradoria Regional do Trabalho da 13ª Região/PB

**FALTA DE CONSIDERAÇÃO****Procurador-geral não recebe SINASEMPU e comissão de servidores durante ato em defesa do MPT**

O procurador-geral da República, Antônio Fernando de Souza, não recebeu o SINASEMPU, juntamente com a comissão formada por servidores que participaram do ato em defesa do Ministério Público do Trabalho – MPT, em frente à Procuradoria Geral da República (PGR), no dia 4/6.

Conforme a assessoria do procurador-chefe, ele não receberia o Sindicato e os servidores por estar em atividade no Supremo Tribunal Federal (STF).

O vice-procurador-geral da República, Roberto Monteiro Gurgel Santos, também não recebeu o Sindicato e a comissão de servidores que iria entregar o documento de apoio ao envio do anteprojeto que prevê a criação de novos cargos para o MPT.

Após contato telefônico com a assessoria dele, a diretoria do SINASEMPU foi informada de que o vice-procurador-geral não poderia atender o Sindicato porque iria gozar do seu horário de almoço.

**Falta de consideração**

Para o presidente do SINASEMPU, Luiz Ivan Cunha Oliveira, o epi-



Foto: Najla Passos

sódio demonstra atitude anti-sindical e falta de consideração do PGR para com o Sindicato representante de toda a categoria dos servidores do Ministério Público da União.

“Apesar do procurador-geral da República, Antônio Fernando de Souza, não nos receber, o SINASEMPU protocolou o documento requerendo

a ele o encaminhamento do anteprojeto de lei que cria cargos no MPT ao Congresso Nacional. O procurador-geral não recebe o SINASEMPU desde que nós efetuamos denúncias de nepotismo e nomeações imorais para cargos comissionados no órgão”, lembrou o presidente do SINASEMPU, Luiz Ivan Cunha Oliveira.



Foto: Najla Passos

O documento do **SINASEMPU** foi protocolado na Secretaria de Expediente da PGR, às 13h30, pelo funcionário do Sindicato, Mário Sérgio Farias de Sant’Ana.

**APOIO INSTITUCIONAL**

# Vice-procurador-geral do Trabalho elogia iniciativa do SINASEMPU

O vice-procurador-geral do Trabalho, Jeferson Luiz Pereira Coelho, elogiou a iniciativa do SINASEMPU de promover uma mobilização nacional contra o sucateamento do MPT.

Conforme ele, o déficit de servidores nesse ramo do MPU também é motivo de preocupação da atual administração da casa.

O vice-procurador-geral recebeu o presidente do SINASEMPU, Luiz Ivan Cunha Oliveira, logo após o ato contra o sucateamento do MPT, realizado na quarta-feira (4/6), em frente à Procuradoria Geral da República.

Em seu gabinete, na sede da Procuradoria Geral do Trabalho - PGT, em Brasília, Jeferson se mostrou bastante receptivo às reivindicações do SINASEMPU. O procurador-geral do Trabalho, Otávio Brito Lopes, encontrava-se em Genebra, na Suíça. Na



Foto: Luanna Ramos

*Presidente do SINASEMPU entrega documento ao vice-procurador geral do MPT*

ocasião, Luiz Ivan entregou ao vice-procurador uma cópia do documento que pede a criação de cargos para

servidores no MPT e que foi encaminhado ao Procurador-Geral da República, Antônio Fernando de Souza.

## Ofício de Pouso Alegre tem um servidor para cerca de 250 processos

A falta de pessoal no âmbito do Ministério Público do Trabalho – MPT é tão grave que gera situações absurdas, como a verificada no ofício do município de Pouso Alegre (MG), onde há apenas um único servidor do quadro para cuidar de aproximadamente 250 processos.

O técnico administrativo Carlos Antônio de Souza, além de se dobrar para tocar o trabalho, é obrigado a passar por situações extremamente constrangedoras. Toda vez que precisa se ausentar do trabalho no período da manhã, seja por motivos pessoais ou institucionais, é obrigado a fechar o ofício.

No turno da tarde, Carlos An-

tônio até conta com a companhia de uma servidora da Prefeitura, requisitada pelo MPT. “Entretanto, como a Prefeitura está sendo investigada pelo órgão, vive ameaçando retirar a funcionária. O setor jurídico que gerencia o convênio de cessão da servidora é também o setor que enfrenta os processos do MPT”, conta ele.

Para o técnico-administrativo, o ofício poderá ser definitivamente fechado por falta de servidores, o que prejudicaria toda a população da cidade. “Não estou nada satisfeito. Sinto muita pressão psicológica e não sei até quando vou suportar essa situação”, desabafa ele.

### SITUAÇÕES EXTREMAS

- Em todo o Estado do Acre, há dois procuradores e nem um único servidor do MPT.
- Em Roraima, o MPT tem apenas um servidor de carreira, por sinal transferido do MPF. Como não há motorista, é o próprio procurador que dirige o carro oficial.
- Em Passo Fundo (RS), são apenas dois servidores para cuidar dos processos oriundos daquele e de outros 117 municípios gaúchos. Em Santa Maria (RS), a situação é ainda pior: responsável por 43 municípios, o ofício conta com apenas um servidor.

**APOIO PARLAMENTAR****Senador José Nery pede a PGR que atenda reivindicações do SINASEMPU**

Foto: ASCOM/Senado

**Senador José Nery Azevedo (PSOL/PA)**

O senador José Nery Azevedo, líder da bancada do PSOL, encami-

nhou ofício ao procurador-geral da República, Antônio Fernando Barros e Silva de Souza, manifestando seu total apoio ao conjunto de reivindicações do SINASEMPU.

Para o senador, o procurador-geral deve encaminhar ao Congresso Nacional, com a máxima urgência possível, mensagem contendo projeto de criação de cargos efetivos para o Ministério Público do Trabalho – MPT.

Presidente da Subcomissão do Trabalho Escravo do Senado Federal, José Nery é taxativo ao se qualificar como testemunha do importante trabalho prestado pelos procuradores do Trabalho em todo o território nacional.

“Dotar estes procuradores da re-

taguarda operacional necessário ao bom desempenho de suas atribuições certamente fortalecerá a luta pela erradicação do trabalho escravo em nosso país”, afirma ele no referido ofício.

**Ausência justificada**

Em contato com a diretoria do SINASEMPU, o senador justificou que não poderia estar presente ao ato devido a compromissos parlamentares assumidos anteriormente.

No mesmo dia, o senador participou do lançamento da Frente Parlamentar pela Erradicação do Trabalho Escravo, iniciativa apoiada por 44 entidades nacionais e internacionais, entre elas o SINASEMPU.

**Deputado sugere realização de Audiência Pública no Congresso para discutir situação do MPT**

O deputado Eduardo Valverde (PT-RO) sugeriu, durante o Ato Público contra o sucateamento do MPT, no dia 4/6, em frente à Procuradoria Geral da República – PGR, a realização de audiência pública no Congresso Nacional para discutir a criação de cargos para servidores e membros no MPT.

Conforme o deputado, a audiência pública é uma forma de dar publicidade ao problema que acomete os servidores e procuradores do MPT e, também provocar os diversos setores da sociedade a debater-lo, visto que a excelência no desempenho nas atividades institucionais do MPT é questão de to-

tal importância para a sociedade brasileira.

“O MPT precisa de mais servidores para dar conta do importante trabalho que desempenha. Como fiscal do Trabalho de carreira, já pude testemunhar a importante atuação do órgão no combate ao trabalho escravo”, afirmou em seu discurso.

O deputado também usou o microfone para fazer um apelo ao procurador-geral da República, Antônio Fernando de Souza, para que ele

atenda ao pleito do Sindicato, visto que é justo e importante para a defesa das boas relações trabalhistas no país.



Foto: Najla Passos